



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o processo de privatização das Refinarias Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; e a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, bem como os ativos logísticos integrados a essas refinarias.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor José Sergio Gabrielli, Ex-Presidente da Petrobrás;
- a Senhora Miriam Cabreira, Presidenta do SINDIPETRO/RS;
- o Senhor Miguel Rossetto, Ex-Vice-Governador do Rio Grande do Sul e Ex-Presidente da Petrobrás Biocombustível;
- o Senhor Guilherme Estrela, Geólogo - Pré-Sal - Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás e Biocombustível;
- a Senhora Carla Borges Ferreira, Pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível;
- o Senhor Paulo Cesar Ribeiro Lima, Consultor Legislativo aposentado e especialista em Petróleo e Gás.

JUSTIFICAÇÃO

A implementação, em 2016, da política de preço, conhecida como Preço de Paridade Internacional (PPI), pela Petrobrás trouxe graves prejuízos a população brasileira. O índice se baseia nos custos de importação, que incluem



transportes e taxas portuárias como principais referências para o cálculo dos combustíveis. Com a vinculação ao sistema internacional, a variação do dólar e do barril de petróleo tem influência direta no cálculo dos combustíveis.

Mesmo diante dos sucessivos aumentos de preços praticados pela Petrobrás e o lucro recorde obtido pela empresa, a política de preços, que se mostrou inapropriada, foi mantida.

A metodologia de preço e a desvalorização cambial vêm consumindo a cada dia maior parte do orçamento das famílias e da receita de trabalhadores autônomos de transporte de carga e de passageiros. Impactando em todo o setor produtivo e, conseqüentemente, no preço de todas as cadeias de produção.

Apenas em 2021, a Petrobras aumentou onze vezes o preço de refinaria da gasolina e nove vezes o do diesel, totalizando a elevação de respectivamente, 73% e 65%. Em junho deste ano, após novo reajuste de preços de 5,18%, a gasolina passou a ser comercializadas nas refinarias por R\$4,06 por litro. Já o diesel sofreu reajuste de 14,26%, sendo comercializado nas refinarias por R\$5,61 por litro.

Sob o pretexto de abrir espaço para a concorrência, o Governo Federal vem abrindo mão do seu controle acionário da Petrobras. Neste sentido, em 24 de março de 2021, o conselho da Petrobrás aprovou a venda da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM), localizada no município de São Francisco do Conde, na Bahia, por U\$1,65 bi. Em 1º de dezembro do ano passado, a RLAM passou a ser gerida pela iniciativa privada.

Conforme noticiado pelo jornal Folha de São Paulo, em 06 de fevereiro de 2022, a RLAM vem praticando preços superiores aos praticados pelas refinarias da Petrobras. Como se não bastasse, recentemente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica abriu investigação contra a Petrobrás por possível prática anticompetitiva, uma vez que a empresa Acelen, do Fundo Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos – alega que, vem praticando preços acima da média nacional porque,

diferente da Petrobras, repassa quase que em tempo real as oscilações da cotação internacional do petróleo.

Não obstante, conforme veiculado na mídia nacional, a Petrobras reabriu o processo de venda das refinarias Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, bem como os ativos logísticos integrados a essas refinarias.

O presente requerimento visa a realização de audiência pública para debater a importância das refinarias e o processo de venda divulgado pela Petrobrás, com a participação de especialistas e atores sociais com grande experiência e visão estratégica sobre a indústria do petróleo no Brasil e a defesa do interesse nacional.

Espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)